CADERNOS DO
TRABALHADOR

Publicados

41 dias de resistência e luta
(uma análise da greve por quem dela participou)

Forjando o aço forjando a luta
(grupo de fábrica)

A força que nasce de nós
(a luta nos bairros vista por quem dela participa)

A publicar

As lutas da oposição metalúrgica de São Paulo

GEP - URPLAN

MOVIMENTOS DE BAIRRO/1982

A FORÇA QUE NASCE DE NÓS

(a luta nos bairros vista por quem dela participa)

CADERNOS DO
TRABALHADOR
3

NOME _____

PROFISSÃO _____

A FORÇA QUE NASCE DE NÓS

(a luta nos bairros vista por quem dela participa)

CADERNOS DO
TRABALHADOR
3

NOME _____

PROFISSÃO _____

Texto elaborado a partir de depoimentos de trabalhadores, moradores das periferias de São Paulo e Campinas, colhidos durante o ano de 1981.

Equipe Responsável:
Benedito Carvalho
Hamilton José Barreto de Faria
Leila Maria da Silva Blass
Silvia Maria Manfredi
Silvio Caccia Bava

Capa e Planejamento Gráfico:
Joca Pereira

Ilustrações:
Nilson

Fotografia :
Batata

Edição do Grupo de
Educação Popular do URPLAN —
Instituto de Planejamento Regional
e Urbano da PUC-SP
Rua Monte Alegre, 977 — Perdizes — S. Paulo — CEP: 05014
Janeiro de 1982.

Apresentação

O tema deste terceiro número dos "Cadernos do Trabalhador" foi sugerido pelos moradores da periferia de alguns bairros de São Paulo e Campinas e tanto o planejamento como a organização das informações aqui contidas são frutos de um trabalho conjunto. Seu principal objetivo é servir de instrumento para levantar debates sobre a importância da organização e das lutas dos trabalhadores nos bairros.

Para produzí-lo, passamos por várias etapas: inicialmente, os moradores relataram suas experiências de luta. A partir desses depoimentos, elaboramos a primeira versão do caderno. Em seguida, foi feito um debate em que cada grupo entrevistado avaliou e sugeriu modificações para o texto. A partir dessas sugestões reformulamos o primeiro texto e chegamos à versão definitiva, conservando a linguagem e o conteúdo expressos nos depoimentos.

Sendo assim, os verdadeiros autores desse caderno são os grupos de moradores que participaram deste processo, pois o GEP apenas se limitou a organizar as informações e sugestões por eles fornecidas.

Prefácio

A luta é a nossa melhor escola, porque é através dela que nós aprendemos a discutir, a nos organizar para encontrar soluções aos nossos problemas.

Mas, também, é verdade que podemos aprender muito lendo e discutindo as experiências dos nossos companheiros que já percorreram algum caminho vencendo obstáculos. As lutas narradas neste caderno mostram que já conseguimos algumas vitórias importantes.

Enfrentamos tempos difíceis de repressão e, principalmente, o medo que existia dentro de nós, que foi e ainda é a maior repressão que o governo e os patrões nos impõem. A maior vitória deles sobre nós. Isso nos ensina a ver quem está do nosso lado e quem está contra.

Todas essas lutas começaram pequenas, com poucas pessoas e cresceram porque é

na união que está a nossa força. E quanto mais fortes e unidos formos, maior será a nossa capacidade de luta.

Muitas pessoas exploradas pensam que sempre foi e sempre será assim. Pensam que quando reivindicamos os nossos direitos, estamos pedindo esmola ou suplicando favores. Não percebem que lutamos por interesses e direitos que são nossos.

Através das nossas lutas e da consciência que vamos construindo é que reunimos forças e coragem para continuar na briga. Sabemos que essas pequenas vitórias nos dão força e são um passo para construirmos a organização e a união dos trabalhadores para vitórias maiores.

Ana Dias
Cenerino E. de Andrade.

«A primeira coisa é criar
uma força entre nós
porque força não nasce
de fora prá dentro.
Se eu não tenho força
alguém pode pegar no meu braço
mas mesmo assim vai molengar.
Mas, se eu ponho força,
ninguém governa o meu braço!»

Índice

Apresentação 3
Prefácio 4
Prá começo de conversa 9
A gente paga prá ver 15
Tomando o gosto na luta 24
Ninguém governa o meu braço . 29
Uma força a nível de nós mesmos 40
Um conselho saído do bairro 47
Ou é do nosso lado ou não é ... 59

Prá começo de conversa

Todo mundo que estava ali presente já sabia: aquela reunião de sábado ia ser importante. Não era uma reunião rotineira, igual a muitas que freqüentemente aconteciam no bairro. Desta vez algo importante parece que ia acontecer.

Vários grupos, de diversas regiões, tinham combinado de se encontrar para trocar as experiências de suas lutas. Agora, todos teriam a oportunidade de escutar ao vivo as experiências que já tinham ouvido falar, que sabiam um pouco, mas nunca com todos os detalhes. Todos se sentiam companheiros das mesmas lutas, das mesmas dificuldades.

O pessoal foi chegando aos poucos. Estavam sendo esperadas umas 50 pessoas, homens e mulheres, trabalhando em experiências diferentes. Tinham, portanto, que aproveitar aquela manhã para contar e discutir trabalhos de longos anos.

— Quem vai falar primeiro? perguntou dona Maria, lá do canto da sala. O pessoal ainda não estava à vontade. Poucos se conheciam. Só quando passou o primeiro cafezinho seu José começou a falar:

— Bem gente, já que ninguém fala, vou eu mesmo.

— Eu sou de Votuporanga, interior de São Paulo. Trabalhava na roça. Aí, me mudei para Mato Grosso prá caçar melhora. Ficamos sete anos em Mato Grosso. Não conseguimos nada. Nos últimos dois anos foi um fracasso. O fazendeiro tomava conta de tudo. Por isso o pessoal todo foi saindo de lá: não tinha condições. Depois a gente veio prá Campinas...

— Prá Campinas? perguntou dona Maria.

— Sim, prá Campinas porque em Campinas a gente ouviu falar que tinha condições de trabalho. Na verdade, serviço lá é um fracasso. A maioria das pessoas não encontrava nem emprego e nem condições de sobrevivência. Então, vim cair na favela. Aqui, meu primeiro emprego foi na construção civil. Trabalhei dois anos e três meses. Atualmente, estou desempregado há três meses. A situação está muito pior.

Foi só o seu José começar a falar da sua

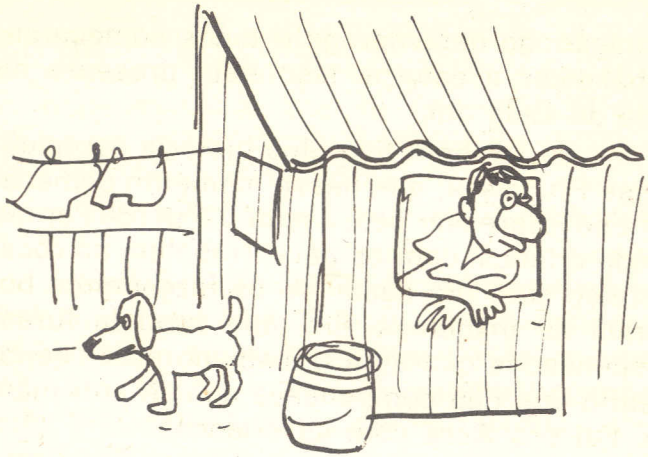
situação, do desemprego e todos começaram a balançar a cabeça. Isso está presente na vida de cada um.

— Eu também tive uma história parecida, disse Francisca, que nesse momento começava a se interessar pelo assunto. Fui pro Paraná ainda criança, com os pais. Trabalhei na roça, serviço duro prá danar. Aí os fazendeiros botaram as máquinas. Em uma fazenda foram dispensados quarenta trabalhadores. A gente sentiu que não compensava aquele sofrimento. Fui pro Acre com as crianças...

— Para o Acre? alguém perguntou, espantado, lá no fundo.

— É isso mesmo, repetiu Francisca, lá no Acre. Eu estava com muito medo, mas fui assim mesmo. Lá a situação também é muito difícil. Depois, eu parti para Campinas. E quando cheguei só encontrei casa muito cara. Passei a pagar aluguel durante três anos. Aí, a família foi crescendo, foi precisando de estudo, precisando de tudo que conjuga estudo: é roupa, é sapato. E aquilo foi me acarretando sacrifícios e tive que fazer um barraco.

Naquele momento todos prestavam muita atenção ao que Francisca estava dizendo. A sua voz era baixa, mas dava prá todos escutarem. Entre um gole e outro de café ela fazia



uma pausa e falava como se estivesse vivendo o que estava contando. Seu José estava atento.

— E depois? perguntou um dos presentes, pedindo para que Francisca continuasse.

— Depois? depois fiz um barraco lá na favela, com a autorização da Promoção Social da Prefeitura. Eu não sei muito bem qual é a minha profissão. Já trabalhei de tudo que eles deixam as mulheres trabalhar...

— De tudo? perguntou seu José.

— É, de tudo, disse Francisca toda sorridente. Já trabalhei em fábricas, na limpeza pública... e agora quatro dias na semana trabalho em casa de família.

A conversa já corria bem mais à vontade. Cada vez que uma pessoa falava ia aumentando a confiança. O medo ia desaparecendo.

— A nossa história é muito parecida, pensava Rosa. Pela primeira vez ela discutia os trabalhos de bairro com tanta gente, de lugares tão diferentes.

As histórias contadas pelo seu José e por Francisca faziam todos pensarem na sua própria vida. Até Rosa, que parecia meio tímida, começava a falar agora:

— Minha história é mais ou menos igual a de todos. Sou nortista e vim prá São Paulo já faz mais de vinte anos. Aqui perdi o marido e fiquei com sete filhos. Sofri prá burro! Agora, os filhos já estão criados. Tomo conta da casa porque não dá prá fazer outro serviço. Com os filhos trabalhando, não preciso mais trabalhar fora. Estou no movimento desde o começo. Acho que foi em 1976, mas não tenho certeza... eu não guardo datas...

— Não se importe com isso Rosa, disse Odete. Eu também sou ruim prá datas. O que importa é estar na luta, participar dos movimentos. Prá mim, só comecei a viver depois de participar das reuniões. Eu sempre arranjo um tempinho prá participar. Eu gosto muito do trabalho porque a gente está sempre aprendendo.

— É isso mesmo!A gente precisa aprender com quem já fez alguma coisa, falou dona Maria. A gente não faz os mesmos erros ou até quem sabe as pessoas que estão meio desanimadas, sem saber prá onde caminhar, acabam se animando com a conversa da gente, não é?

— Eu acho que a gente precisa sempre trocar experiências. Nós pegamos experiência de outros trabalhos. Mas foi participando do movimento de saúde que a gente foi crescendo, disse Rosa. A gente foi fazendo, fazendo, os outros bairros foram vendo, tomando o exemplo e agora estão até pedindo prá gente contar a história do nosso trabalho. E é prá isso que a gente veio aqui. Prá saber dos outros trabalhos e contar um pouquinho do nosso.

O silêncio demorou um pouco prá ser quebrado. Até que seu José pigarreou, como que avisando que ia falar.

— Bem, aqui nessa reunião, temos pessoas que vieram de vários lugares prá contar as suas experiências de luta. Tem o pessoal dos bairros da Zona Sul e Leste de São Paulo e nós, da Assembléia do Povo, lá de Campinas.

Prá começar, vamos ouvir o pessoal lá da Zona Sul.

A gente paga prá ver

Seu Luiz, da Zona Sul da cidade, foi quem começou a falar primeiro.

— Olha, gente, nós temos muitas histórias para contar...

O pessoal se ajeitou melhor nas cadeiras. Essa história devia de ser interessante:

—A nossa luta começou faz, mais ou menos, uns dez anos, disse seu Luiz. Quando foi formando as comunidades de base a gente sentava, conversava, trocava uma idéia e isso foi ajudando a gente a ter uma consciência um pouquinho melhor. A gente lia muito o evangelho. Era cristão muito de rezar, de ir a missa. Com as reuniões a gente começou a descobrir que cristão verdadeiro não era só rezar, que cristão era lutar, combater para que cada vez houvesse menos injustiças.

— E como é que vocês fizeram? perguntou seu José.

— Nós fomos avaliando as injustiças e daí surgiram muitas idéias no bairro: escola, ônibus, asfalto, loteamento clandestino. Proble-

mas é que não faltavam na Zona Sul, diz seu Luiz, com um jeito alegre e soltando a fala de nordestino. Tinha muita criança solta por aí e decidimos fazer um trabalho prá reivindicar escolas. Eu comecei a participar aí. Mas é melhor a Maria contar porque foram mais as mulheres mesmo que levaram essa luta. Conta você, Maria!

Dona Maria se ajeita na cadeira e brinca:

— Mas olha, seu Luiz! Já não chega as mulheres levarem a luta, a gente ainda tem que contar!

— Bom, a luta da escola começou com abaixo-assinado, com visitas nas casas. Só com discussão não se chegava a nada. A gente ia esperar as autoridades prá resolver? Decidimos levar alguma coisa concreta. Começa-

mos a reunir os pais, dizendo: "olha, no próximo ano seu filho não vai mais ter classe prá estudar". E os pais participaram muito, sempre acompanhando toda a situação. Ficamos fazendo durante alguns dias uma pesquisa. A gente ia nas casas, rua por rua, prá saber do pessoal como estava o problema da escola no bairro de cada um...

— Quer dizer que não tinha escola?, perguntou alguém da roda.

As crianças estudavam em barraco, em igreja, em garagem, em galpões. Tinha uma escola que hoje está funcionando e que antes era só um pasto, tinha só vaca. Inclusive minha filha estava matriculada lá, ela e mais

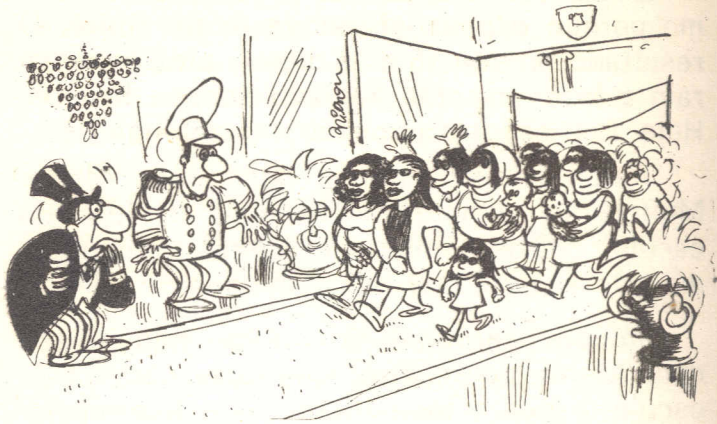
600 crianças. E o pessoal procurava escola e não tinha escola. Muita gente participava das reuniões. A gente já tinha junto vários bairros da região. Me lembro que um dia, na igreja de Santa Margarida, tinha umas 150 pessoas. O córrego tinha inundado com a chuva e o pessoal todo estava dentro d'água, esperando a delegada de ensino. Ninguém arredou pé. Então ela chegou e o pessoal cobrou:

— Se a senhora não resolver nada, nós vamos até a Assembléia Legislativa!

Depois disso a gente ainda foi várias vezes na Secretaria de Educação e não conseguimos nada. Ia uma comissão de 4 a 5 mães de cada vez. Foi daí que marcamos um dia e fomos na Assembléia Legislativa. Isso foi em 1974. A gente chegou lá e o pessoal caiu de costas. Não chegou todo mundo junto, cada um chegava por si. O pessoal vinha de ônibus comum, com criança suja, com criança chorando. De repente, começou a entrar toda aquela gente bem maltrapilha. Os caras quiseram desmaiar; imagina a cara deles? eles queriam morrer!

Todo mundo atento. — E aí? e aí? a curiosidade era geral.

Aí nós entramos na Assembléia. Encheu de gente o salão. Era o povo de 22 bairros



reunido. Em seguida, eles encheram de polícia e o pessoal ficou meio apavorado. Todos perguntavam: "— o que é isso?"

Eram duas da tarde e só saímos às oito da noite. Falamos tudo que era prá falar. A gente tinha preparado tudo junto com as mães. Cada um levou a situação do seu bairro, das escolas. Nós coordenamos quem ia falar, quem ia ler a carta, o que iríamos denunciar. No fim, dissemos:

"— Se vocês não derem uma resposta a gente vai voltar, mas não vai ser só com essas 300 mães que estão aqui; a gente vai voltar com o bairro inteiro e com as crianças todinhas dessas escolas."

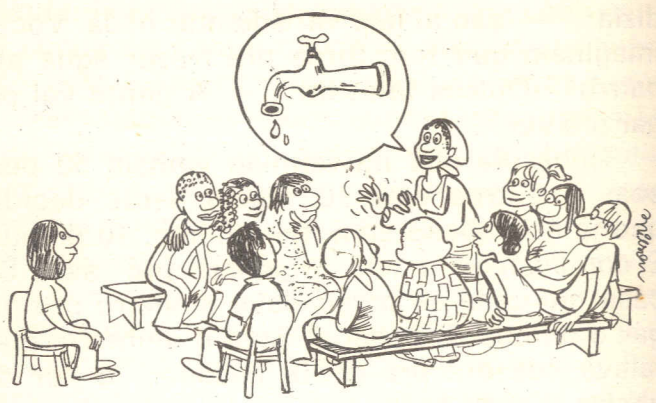
Eles perceberam que a gente voltava mesmo porque o pessoal estava muito firme. O resultado foi que 15 dias depois eles começaram a fazer escolas adoiado nesses bairros. Hoje, tem escolas por todos esses lugares.

Todos ouviam com atenção dona Maria. Muitos ali tinham participado da luta da escola, outros lembravam como tinham começado a participar dos movimentos.

Só pra terminar a minha fala, disse dona Maria, quero dizer que lutas como a da escola, a gente teve muitas que ficaram famosas nos bairros. Uma luta encaminhava a outra, porque dentro das próprias lutas a gente ia descobrindo que havia outros problemas nos bairros, como o da água, onde o povo se mexeu bastante.

— Foi essa a minha primeira batalha, disse Josefa. A água é muito importante nos bairros da região do M'Boi Mirim porque é um lugar onde não se consegue água de jeito nenhum. Pode abrir um poço de 35 metros e não se acha água. Uns anos atrás, depois de muita luta, a Sabesp chegou com a água até a Figueira Grande e parou. Os outros mais distantes ficaram sem nada.

— Então, o que vocês fizeram? perguntaram várias pessoas.



Então, alguns de nós começaram a visitar as casas prá propor uma luta pela água. Em outras vilas tinha gente fazendo a mesma coisa. Foi aí que eu me interessei pelo problema. Casa por casa, vila por vila, rua por rua, todos conversavam. E nós começamos a luta sem nenhuma perspectiva de que a água viria. Várias reuniões foram feitas nos bairros e foi formada uma comissão de 10 a 12 pessoas pra ir na Sabesp. Lá disseram:

"— Bom, vocês do Jardim tal e tal só vão receber água daqui há 10 anos. Lá é muito longe, precisa tantos cavaletes, tantos não sei o quê"... e assim ia. O problema estava

bem difícil de resolver. O pessoal nos bairros dizia: "— Isso aí não vai adiantar nada. Vocês imaginam que tem força pra trazer água pro bairro?" Outros falavam: "— A gente vai pagar pra ver..."

Tinha dia que na reunião vinham 50 pessoas e outros dias 10. Daí a gente decidiu que ia na Sabesp com, no mínimo, 10 ônibus. E começamos a nos organizar prá isso. De casa em casa se arrecadava dinheiro prá pagar o ônibus. O pessoal dava o dinheiro, mas falava que era prá gente passear, ia ser dinheiro jogado fora...

Levamos 16 ônibus cheios. A maioria do pessoal foi gente que faltou no serviço prá exigir água. Lá na Sabesp fomos barrados na porta. Então a gente fez assembléia e, no fim, todo mundo entrou e ficou conhecendo como era lá dentro. O próprio presidente da Sabesp veio conversar com a gente e eu me lembro do que ele disse:

"— Vocês nunca mais devem fazer isso porque a água vai chegar em dois anos".

Levamos um monte de gente e a água agora, em vez de 10 anos, já vinha em dois. E veio mesmo! Mas só para alguns bairros. Nas ruas em que a água chegou teve festa.

— Conta mais dessa festa, pediu dona Maria.

— Essa festa foi muito importante, disse Josefa. Foi convidado todo mundo e cada bairro cooperou com uma coisa. Aí chegou bebida, chegou batata, chegou bolo, chegou tudo; fizeram aquele festão. Ajuntou povo que não cabia. Começaram a soltar rojões, comer batatas; outros já bebiam e começaram a ficar naquela alegria e abraçar uns aos outros. Aí começaram a animar a vida. O povo começou a se conhecer e a saber como era importante a nossa luta. Tem gente que não dá valor prá essas coisas. Nós não, a gente acha que faz parte do trabalho. O pessoal ficou com muita moral, sabe? A festa aproximou o povo dos bairros, criou confiança no movimento e ajudou a divulgar a nossa luta.

A partir daí, parece que o povo está acreditando mais que com união pode conseguir alguma coisa. Os bairros que não receberam água continuam indo na Sabesp de mês em mês, mas até agora nada...

— E agora, o que você vão fazer? perguntou o seu Luiz.

— A luta da água está meio parada... Acho que está precisando fazer umas reuniões de avaliação. Esse tipo de reunião sempre foi costume nosso. Ajuda a ver as falhas da luta e faz a gente parar prá pensar.

Tomando gosto na luta

Josefa falou tão naturalmente em ajuntar um monte de gente de novo que Rosa não deixou de perguntar:

— Como vocês fazem prá reunir o pessoal? Vem muita gente?

— O convite é feito bocalmente, responde dona Maria.

— Bocalmente, como assim?

— Bocalmente é a gente ir na pessoa mesmo. Convidar e explicar o que é a reunião. A gente chega lá e diz: O seu Zé, ô dona Maria, vamos na reunião hoje? E o pessoal fala: "Ah, reunião, será que isso dá certo?" Aí a gente conta tudo. Às vezes a gente gasta até meia hora conversando com a pessoa prá ela decidir ir na reunião.

— Outras vezes, como a gente costuma fazer no meu bairro, o convite foi feito por boletins. A gente distribuía no bairro ou levava quando ia visitar as casas. Dava uma prosinha com o pessoal prá botar eles por dentro do assunto, explicou seu Luiz. Essas visitas eram

prá se discutir o problema de água, como a gente podia reivindicar e como se organizar para a luta. Durante a conversa saía o convite prá fazer uma reunião na casa da pessoa mesmo ou prá ir em alguma reunião que ia ter no bairro.

— Como eram esses boletins? perguntou Ditão.

— Era tudo muito simples. A gente contava tudo que acontecia com o movimento, fazia ele com letra bem grande prá todo mundo enxergar, com pouca coisa escrita. Tudo num palavreado nosso, que é pro povo entender, explica dona Maria.

Seu José dá um sorriso e dona Maria pergunta:

— Eu falei alguma coisa errada?

— Não! Eu não estava querendo falar nada, disse seu José. É que estou achando muito bacana essa nossa conversa. Agora, quando a companheira perguntou como a gente fazia prá chamar o povo prá reunião, tem que dizer prá ela que não é fácil, não. É um trabalho muito difícil. Eu mesmo já fui até expulso da casa de uma pessoa lá do meu bairro. O pessoal tem medo, mas a gente tem paciência, não engrossa por pouca coisa.

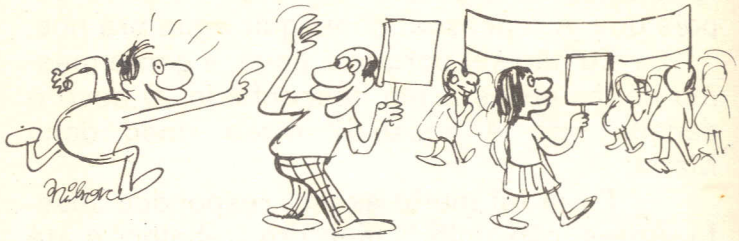
— É difícil fazer o pessoal entender, disse alguém do centro da sala.

— É isso mesmo, diz seu Luiz. No começo o pessoal tem medo, acha que a gente é inimigo deles. Às vezes eles ficam meio recuados e dizem que Deus quer assim, do jeito que está. E quando a gente chega, de cara, eles pensam que é prá levar eles pro mau caminho. Tem muita desconfiança...

Josefa, já meio esquentada, entra na conversa e vai logo dizendo:

— Eu acho que o povo tem que se lascar porque ele, às vezes, está uns contra os outros. Eles tem que aprender a se organizar e não esperar dos outros a solução dos seus problemas.

— É, o povo é desunido mesmo! continua seu Luiz. Mas esse também é o nosso trabalho. Precisa de muita conversa, de visitas nas casas, fazer reunião com os vizinhos, formar grupinhos prá visitar outras ruas mais longe, de participar nas sociedades de amigos. Eu já vi que chegando perto do companheiro, do vizinho, começando a conversar com ele, contar como é que nós estamos sendo explorados e roubados, eles começam a acreditar. Nós já vamos dando as mãos. Antes, eles ficavam quietinhos e agora já vão reagindo.



— É, mas isso demora, disse alguém brincando.

— Quando o povo sente necessidade, o povo se mexe! diz Josefa. Na luta da escola, por exemplo, eles viram que ia crescer um monte de criança sem estudo. Então as mães

sentiram a necessidade; tava na pele delas e o movimento saiu. Os acontecimentos vão fazendo as pessoas tomarem consciência. Eu mesma só fui acreditar na força do povo depois que vi o pessoal conseguir água prá nós.

— Eu não sei porque o povo, a gente mesmo né, às vezes é tão desconfiado. O povo é danado, não é pessoal? disse rindo dona Maria.

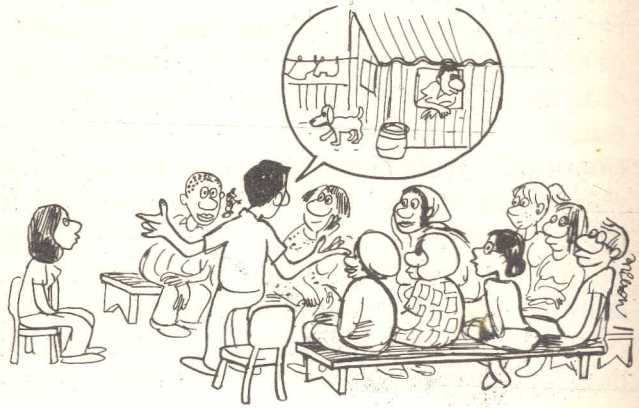
— Eu já fui muito assim, respondeu Josefa. Antes, não tinha ânimo pro trabalho, e até desconfiava das pessoas que chegavam prá conversar dos problemas do nosso bairro.

— Aos poucos, o pessoal vai aprendendo, disse seu Luiz.

— E aí é que começa a gostar. É ou não é gente? disse a Josefa. Gosta de lutar, mas também gosta de ver algum resultado imediato, receber alguma coisa. Se o pessoal não recebe nada, então não acredita. Se a gente luta por escola e ganha a escola, então você consegue ganhar também as pessoas. Não dá prá ficar só pedindo ao pessoal: vamos na reunião, vamos na Prefeitura... em todas as lutas, você tem que dar para receber.

Enquanto Josefa falava, seu José escutava com muita atenção. Aí, resolveu entrar direto na conversa. E contar a experiência de Campinas.

Ninguém governa o meu braço



Seu José começa a falar:

— Sabe, gente, a luta lá dos favelados em Campinas começou parecendo um sonho. Porque o povo começou primeiro a duvidar que deveria ter um dia competência como favelado, porque os favelados lá em Campinas tem uma má fama que não é fácil. O povo da cidade acha que é tudo marginal, que são um povo sem préstimos.

Quando comecei na favela, há mais ou menos 4 anos, as pessoas discutiam a forma de

fazer algumas reivindicações. Eu nunca tinha tempo prá ir às reuniões. Um dia fui e gostei. Nessas reuniões o pessoal conversava de problemas. Perguntavam: "por que a gente mora num barraco? por que a gente veio morar num barraco? E eu ia descobrindo que a gente foi forçado a sair do campo e vir prá cidade". A gente não podia comprar uma casa e nem podia pagar aluguel; a questão do salário, do custo de vida, a miséria em que a gente estava; por tudo isso a gente se sujeitou a morar num barraco.

Aí, a dona Maria pediu: — Seu José, conta como é que o movimento começou.

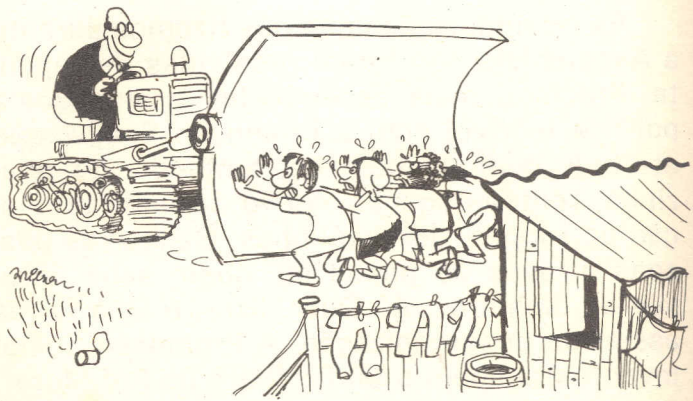
— O movimento lá em Campinas começou bem antes de 79, quando já existia a reivindicação de água, luz, asfalto, escola, saúde, ônibus. A gente se reunia com a turma da igreja, lá no Pio XII. E as reivindicações que fazia não eram acima do que a Prefeitura era obrigada a fazer.

Nessa época participavam também os bairros loteados junto com o pessoal de favela. Mas, depois, as reivindicações foram atendidas e ficou mais o pessoal das favelas. Porque lá, só teve o movimento dos proprietários prá tirar os favelados.

— É, acrescentou Francisca. A primeira vez que eu fui na reunião, o pessoal estava

falando da necessidade de fazer uma assembléia na frente da Prefeitura. O problema era a remoção dos barracos.

A Prefeitura queria vender o terreno. A Promoção Social e o Prefeito consentiram de fazer isso. Então, a gente viu que se ficasse calado, poderia ser arrancado naquele sistema. Todas as favelas participaram dessa assembléia geral, em 79. Todas estavam junto porque todo mundo tem medo de ficar na rua, certo? Ficar na rua, debaixo do viaduto, com criança, a família inteira, não dá. Ainda mais que a Prefeitura queria remover sem ter local para levar a pessoa. Queria que a pessoa saísse dentro de poucas horas. E, se não saísse, a ordem era botar a máquina prá derru-



bar o barraco com as pessoas dentro.

Francisca ia contando. Todos ouviam em silêncio.

— Na Assembléia, além de protestar contra a remoção dos barracos, aproveitamos prá reivindicar outras coisas: água, luz... Nesse dia foi muita gente. Vieram 19 bairros juntos. Mais ou menos 34 ônibus, uma base de 3.000 a 4.000 pessoas. Depois dessa assembléia, resolvemos chamar nossa reunião de Assembléia do Povo, porque a Promoção Social foi formando uma associação paralela; criou outro trabalho prá criticar o nosso. Saiu esse nome porque sentimos a necessidade de registrar uma coisa nossa; criamos o nome que nem uma criança. Quando não tem nome como é que a gente vai chamar ela? Ninguém vai ouvir.

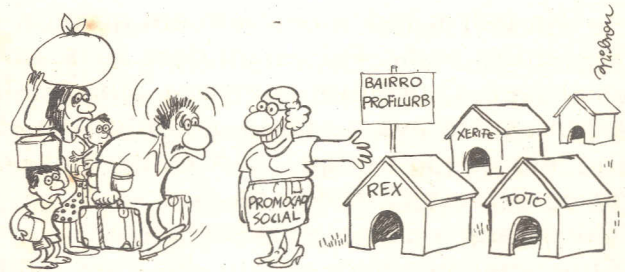
As reivindicações que nós fizemos durante a Assembléia não foram resolvidas de repente. Precisou mais assembléias e ainda uma política incrível com a Promoção Social, que até hoje quer ganhar nós, tentando ser boazinha. Tentou enganar o povo, fazendo promoção de roupas, de escolinhas. Ganhar as pessoas através de papos ou, quem sabe, através de dinheiro, né? Quer dizer, é uma forma assim de desorganização. A Promoção Social inventou também o tal Profilurb ou Pró-Morar,

que é a mesma coisa. O interesse era desocupar as áreas em que estão as favelas.

— Profilurb? perguntaram vários dos presentes.

— Que nome esquisito é esse, minha filha? disse dona Maria.

— O tal Profilurb, que nós apelidamos de **inferninho,** é uma casa de um cômodo só. Vocês acham que dentro de um cômodo vai caber a família inteira? O filho cresce e vai dormir tudo junto? Mãe, pai, filho, irmã, tudo junto, como cobaia? Pelo menos na favela você tem um barraco dividido: o quarto das crianças e



o quarto da mãe e pai. Agora, eu saio dum barraco grande, vou lá na Profilurb morar num cômodo só? Por isso que nós entendemos que o Profilurb não leva vantagem, porque não é esta a vida do povo. Sair de um lugar provisório e entrar no outro? Nós queremos o nosso lugar. A terra é o nosso eixo. Eu vou ficar pagando 25 anos prá morar num cômodo, sem conforto, sem segurança, distante da cidade?

Aí, seu José começou a contar outra parte da luta de Campinas.

— Depois da luta contra a remoção dos barracos, nós começamos a brigar por água, disse ele.

O pessoal estava muito interessado. E veio mais uma rodada de café prá animar o encontro.

— No bairro todos reuniam em grupo e ia na Prefeitura pedir. Foi assim dois anos, contou seu José. O prefeito começou, pula prá lá, pula prá cá, tratava e não ia, a gente ia e ele não ia, ele pegou a fugir... A gente batia na porta da Prefeitura todos os dias.

Começamos a encrencar com ele.

Ele começou a liberar água, luz, mas muito devagarinho, por causa da Promoção Social. Mandava e não vinha aquela água. Nós começamos a encrencar também com a Promoção Social porque tratava e a coisa não saía. Eles colocavam torneira aonde eles queriam, não era aonde merecia. E o povo era obrigado ir ali. Nós começamos a encrencar com a escolha que ela fazia.

A nossa luta foi crescendo, o nosso ânimo e coragem foi chegando. Passamos a organizar nós mesmos: começamos a fazer reunião dentro da favela, somente os favelados. Aí o trabalho foi se afirmando, passamos a reivindicar mais coisas, coisas finas: escola, creche, abertura de rua, coleta de lixo, ônibus, até que chegamos na terra. Porque se não existir a terra da gente, o que a gente tá fazendo, né?

— É isso mesmo, você tá com a razão, disse alguém.

— Primeiro a gente queria comprar a terra. O prefeito explicou que não dava prá vender porque existe uma lei que proíbe vender terra pública. Então, nós queríamos saber se essa lei era verdade ou mentira do prefeito. Aí precisamos de uma assessoria técnica prá resolver isso conosco. E, nessa caçada, acharam uma lei federal de n.° 4.132, que dá a concessão da terra, o direito ao uso da terra ocupada prá moradia, sem ter que comprar a terra. Os advogados abriram o assunto dessa

lei e disseram que a gente ia adquirir esse direito, mas nós tínhamos que agir como uma Associação Jurídica. Então, era prá gente por o pé na estrada.

— Por o pé na estrada? explica melhor seu José, pediu seu Luis.

— A primeira coisa era criar uma força entre nós, porque força não nasce de fora pra dentro. Quando eu ponho força no meu braço, ninguém governa o meu braço! Porque se eu não tenho força, alguém pode pegar meu braço e molengar. Quer dizer, eu não tenho força, é a força da outra pessoa que molenga. Mas se eu tenho força, ele não governo meu braço! Então, nós começamos a organizar as associações nas favelas e fizemos muitas reuniões.

Nesse meio tempo, o prefeito fez o decreto permitindo o uso da terra por 10 anos e a construção de casas de alvenaria. Ele acabou com o Profilurb. Nós refugamos esse decreto. O povo achou que ia gastar um dinheirinho, e a terra? A gente não pode é comprar, mas temos condições de construir casas de alvenaria. Assim, nós, vimos que, se o prefeito deu a terra por 10 anos, a gente queria definitivo. Porque, senão, nós vamos perder o nosso tempo.

Pegamos aquela lei e levamos pro Prefeito. Ele falou:

— "Olha, se vocês estão confirmando que essa lei existe, eu pretendo conhecer. Fui deputado 14 anos e não conheci essa lei".

— Essa lei deve ter sido feita prá defender o pobre, porque se fôsse prá defender os ricos, ele ia conhecer, comentou Josefa.

— Isso mesmo, confirmou seu José. E continuou:

— O prefeito teve dúvida, mas falou assim:

— "Tudo bem, a hora que a criança nascer lá, vocês trazem aqui".

Nós respondemos: — "A criança já é nascida, só que ainda não chorou".

Ele disse: — "Então tragam ela aqui que nós vamos fazer ela chorar".

Nós catamos 6 advogados de dentro do país brasileiro e eles mandaram carta pro prefeito dizendo prá ele ter coragem de soltar a lei prá nós.

Depois de um tempo, fizemos uma Assembléia em frente da Prefeitura. Tinha mais de 6.000 pessoas e entregamos pro prefeito o que a gente queria: direito da posse da terra

ocupada e o direito de administrar as favelas.

Nós queríamos que a coisa nascesse de nós, porque nós iniciamos a luta. Lá, nós colocamos também a organização da Federação, o plano de urbanização das favelas, de construção de moradias feitas em mutirão... Menos de 30 dias depois, o prefeito resolveu autorizar a administração das favelas pela Associação dos Moradores e mandou o nosso projeto para votação na Câmara Municipal. Lá fizeram muitas discussões e resolveram dar tudo, menos a terra.

— Ué, mas era o principal! disse seu Luis.

— Então, pessoal, a nossa briga pela terra continuou de lá prá cá. Enquanto isso a gente foi criando mais força dentro das favelas.

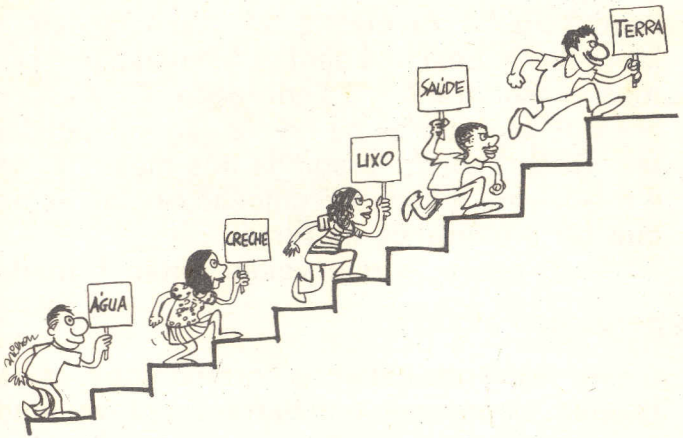
Agora, o movimento da Assembléia do Povo tem 54 favelas e 21 Associações de Moradores. Em cima destas Associações, criamos e registramos a Federação. As Associações de Moradores na favela são independentes. Quem manda lá somos nós mesmos, não é o Governo e nem a Promoção Social. Temos que ter a liderança da terra.

— E agora, o que vocês estão fazendo? perguntou alguém.

— Hoje, nós estamos cortando as ruas das favelas, arrancando uns barracos e levantando no mesmo lugar as nossas casas. Tudo por meio da Federação, porque a gente tá pensando organizar uma cooperativa para a construção de moradias nas favelas.

Mas prá chegar a isto e enfrentar o Prefeito, o Governo, a Câmara Municipal, nós primeiro sentamos juntos, combinamos, entendemos entre nós como ia fazer isso. Decidimos e fizemos tudo com confiança. A nível de quem? A nível de nós mesmos! disse seu José.

Uma força à nível de nós mesmos



Depois de alguns instantes de silêncio, José voltou a falar:

— Bem, espero também que alguém fale alguma coisa. Estou a disposição das interrogações.

Josefa logo se adianta.

— Pôxa, seu José, como é que vocês, lutando pelas melhorias nas favelas, chegaram na luta pela terra? Vocês conseguiram um monte de melhorias, né?

— É, conseguimos sim, respondeu firme seu José. Mas a gente viu que sem ter a terra, nenhuma melhoria ia valer prá nós. Então, veio a luta da terra. E prá chegar aí foi preciso muito trabalho. Foi difícil organizar o favelado e ele entender a força que tem. Porque, antes a gente esperava vir tudo de cima para baixo. Na favela, o coitado já está tão sofrido que a gente vai na casa dele conversar e ele pensa logo que é prá tirar a casinha dele. Demora prá eles entenderem nossa intenção, prá eles criarem confiança, coragem, se juntar a nós, sabe?

— Mas prá vocês não é difícil em Campinas chamar o pessoal prás assembléias em frente da Prefeitura? pergunta dona Maria. Quanta gente vocês levaram prá lá, hem! Como vocês conseguiram isso?

— Nós trabalhamos muito. Primeiro, chamando o pessoal prás reuniões nas associações dos moradores, do mesmo jeito que a gente falou antes. Aí cada associação mandava o seu representante participar das reuniões de sexta-feira, no Pio XII. Lá, cada um colocava as necessidades e a gente discutia como fazer prá reivindicar essas coisas. Depois, o representante transmitia pros outros no seu bairro o que tinha sido decidido.

— Muito bem, diz dona Maria. Mas vocês não passavam nas ruas, não iam nas feiras, nas igrejas, avisar das assembléias?

— Ah! Sim, claro. Nós usamos muito o alto-falante da comunidade, da igreja, dos verdureiros...

— Verdureiro?! perguntam todos juntos, rindo.

— É um meio prá alertar o pessoal, explica Francisca. Talvez isso até atrapalhava um pouquinho o comércio deles. Mas, a gente dava um dinheirinho prá pagar a gasolina do caminhão eles iam andando e a gente anunciando o encontro que ia ter no bairro.

— Estou achando muito esquisito este negócio do verdureiro, comenta dona Maria. Vocês usam o carro que vende frutas e verduras?

— É, explica de novo seu José. Depois que foram abertas as ruas lá na favela, sempre passa um verdureiro. Teve um lá que prá ele foi até uma boa. Porque ali dentro da favela ele vende bastante. Então, a gente pedia prá deixar anunciar qualquer coisa no alto-falante e ele não fazia questão. Ele deixava porque sabe que se favorecer a gente, ele também sai favorecido. Mas, depois de um tempo, ele foi proibido pelas autoridades e não fez mais nenhuma reportagem prá nós.

— E daí? quis saber alguém.

— Acontece que nós compramos o megafone. Como é nosso mesmo, não tem mais quem possa bulir com a gente. Aí nós tornamos o papo alto. Pegamos o megafone e vamos indo pelas ruas, convidando o pessoal.

— Além disso tudo que o José falou, continua Francisca, nós usamos também espalhar faixas por todos os cantos das ruas das favelas.

— E jornal? Vocês fazem jornal também? quis saber Rosa.

— Nós tínhamos um jornal. O "Hora Sacra", conta seu José. Aí, quando o patrocinador do jornal viu prá que a gente estava usando, ele cortou de patrocinar. Então, temos outro, o "Repórter da Região". Mas esse fica muito caro e nós não temos condição ainda de nós mesmos patrocinar e fazer esse jornal.

— Então, você não tem jornal? perguntou Ditão.

— Não, responde seu José. O "Repórter" sai, mas demora muito. Só quando tem um ponto muito importante prá divulgar, então saem as reportagens. Quando começou a luta pela terra, a maioria das imobiliárias e jornais de Campinas ficaram contra nós. O "Repórter" ajudou muito a gente a contar a nossa história como ela é.

— E como vocês esclareceram a população sobre a lei? perguntou alguém.

— Do jeito de sempre, responde seu José. A gente convidava o povo prás reuniões, soltava boletins e o jornal. Avisava da lei que dava o direito de posse da terra ocupada, o direito de usucapião. Quer dizer, se tem mais de 10 barracos em um terreno por mais de um ano e um dia, a gente tem esse direito. No bairro onde eu moro, por exemplo, tem família com 14 ou 15 anos que está lá. E o pessoal ia nas reuniões prá entender isso daí. A gente explicava também o negócio da associação: como ia funcionar a diretoria, o que o cidadão ia executar e como ia registrar juridicamente a associação. Ela tinha que ser registrada em cartório, ter um número e tudo, prá poder representar a gente na Câmara Municipal e na Prefeitura.

— Cada favela tem a sua associação? falam várias pessoas ao mesmo tempo.

— Não, responde logo dona Francisca. Eu mesma sou presidente de uma associação, mas tenho 5 favelas no meu domínio. Tem diretoria que tem 5 ou 6 favelas registradas em uma só associação. Toda diretoria é composta de 9 pessoas: o presidente, vice-presidente, secretário, 2.° secretário, tesoureiro, 2.° tesoureiro e os fiscais prá fiscalizar o tra-

balho da diretoria. As associações tem os sócios também, eles pagam Cr$ 50,00 por mês...

— Sócios da associação? Os moradores da favela são os sócios? pergunta Odete.

— Não. Não são todos os moradores que ficam sócios da associação. Entra quem quer. E quando entra recebe uma carteirinha. Aqui está a minha carteirinha de sócio.

Odete se interessa e vai olhar de perto a carteirinha do seu José. Outras pessoas também querem ver e ela vai passando de mão em mão para todos. Cada um olha e faz algum comentário. Odete aproveita o momento e faz outra pergunta:

— Seu José, e a federação, como é que é?

— A federação tem uma diretoria composta de 6 membros e o conselho fiscal. A diretoria é eleita entre as 21 associações que estão na Assembléia do Povo. O cálculo do número de fiscais falhou, porque a gente quer que todas as associações tenham o direito de participar da fiscalização geral do trabalho feito na federação. E isso ainda não está acontecendo. Tem associação que não tem fiscal.

Rosa pergunta novamente:

— Eu queria ainda saber uma coisa de vocês. A Promoção Social perdeu o direito de

mandar dentro das favelas depois das associações registradas, não foi? Mas eles não tentaram voltar mesmo assim?

— Olha, diz Francisca, nós suspendemos a Promoção Social de dentro das favelas, mas foi dureza. Vou contar uma coisa prá vocês. Sou administradora de 5 favelas. Então, se uma pessoa vai lá na Sanasa pedir água sem eu assinar a folha, eles falam: "Só põe água se a dona Francisca assinar". Aí elés vem, eu assino e com 3 dias a água está ligada. Isso depois que a gente brigou e tirou a possibilidade da Promoção Social entrar dentro da favela.

Mas eles já fizeram tudo prá voltar. O pessoal diz que nós não aceitamos. E não aceitamos mesmo!

Rosa, representante da Comissão de Saúde do Jardim Nordeste, da Zona Leste de São Paulo, entendia muito bem porquê o povo não queria a Promoção Social. Ela, junto com a Comissão, lutara pelo Centro de Saúde do bairro. Quando ele foi inaugurado, tinha um péssimo funcionamento. Então eles viram que o povo que usava o Centro de Saúde é que tinha de fiscalizar. Aí, formaram o Conselho Popular de Saúde.

Rosa resolveu, então, contar a sua história.

Um conselho saído do bairro

O nosso movimento, fala Rosa, tem algumas coisas parecidas com as lutas que foram contadas aqui neste encontro. Todas as decisões e as dificuldades que a gente encontra pela frente, nós também discutimos em reunião, qual seria a melhor maneira de resolver.

Também usamos os mesmos meios que vocês prá chamar o pessoal e fazer mais gente participar da luta. Quer dizer, soltamos boletins, fazemos abaixo-assinados, espalhamos faixas. Lá no Jardim Nordeste a gente também usa os caderninhos prá convidar o povo. Esses cadernos são feitos por nós mesmas, da Comissão de Saúde. Por meio deles a gente informa o pessoal do bairro como está a nossa luta.

Francisca, de Campinas, pediu mais detalhes sobre a Comissão.

— No começo, a gente também não tinha dado esse nome de Comissão de Saúde para as nossas reuniões. Mas quando a gente esta-

va lutando pela inauguração do centro no bairro, surgiu a idéia do nome.

A gente sempre discutiu a importância de ter um nome. Se você não coloca o nome bem claro, não chega lá, carimba e diz: é nosso, vai sempre aparecer um pai da criança. Com um nome, as vitórias do trabalho, as conquistas da gente, passam a ser reconhecidas como sendo do movimento. A gente passa a ter uma história. Então, quem conseguiu o centro de saúde? Não foi o seu fulano de tal, mas foi a Comissão de Saúde.

— Dá licença, Rosa, disse o seu Luis, mas você podia contar também como é que surgiu o movimento?

— Puxa, é mesmo! bem, o movimento começou quando, um belo dia, apareceram no bairro uns estudantes de medicina e convidaram a gente prá assistir um filme. O filme mostrava as doenças que mais atingiam os moradores do bairro. Era negócio de vermes, de sarampo, de tuberculose, de hepatite, que pegava principalmente nas crianças. A gente viu ali o perigo que estava correndo. Todas nós fomos prá casa pensando: a gente tem que fazer alguma coisa.

Mas, como vamos fazer?

Resolvemos então lutar por um centro de

saúde. A gente sabia que o centro não ia resolver todos os problemas de saúde do bairro. Mas era o começo de uma luta.

Aí, a gente ficou sabendo que tinha de ir no Distrito de Saúde da nossa região prá conversar com os funcionários. Lá, mandaram a gente procurar uma casa no bairro prá instalar o centro.

Alguns dias depois, arrumamos a casa. Aí, o pessoal do distrito fez muitas exigências, mas a gente arrumou a casa como eles queriam. Depois de tudo pronto, eles nunca vinham inaugurar o centro. Cobramos muitas vezes, até que um dia eles resolveram marcar uma data prá inauguração. A gente saiu pelo bairro distribuindo convites e panfletos, comunicando a inauguração.

No dia marcado apareceram em frente da casa umas 150 mães com os filhos e tudo. Tinha gente pensando que já dava até prá matricular as crianças. Quando chegamos lá, estava tudo do mesmo jeito. Nem móvel tinha na casa. Ficamos um tempão esperando o pessoal da Secretaria da Saúde e não aparecia ninguém. Telefonamos pro distrito prá saber o que tinha acontecido. Aí eles resolveram mandar uma equipe de limpeza.

Como não apareceu ninguém mesmo, a

gente logo começou a conversar com as mães que estavam ali:

"— Olha, gente, nós queríamos a inauguração e eles mandam a limpeza. Limpa a casa já está, né?" Explicamos que a falha não era nossa, mas da Secretaria da Saúde, que tinha prometido a inauguração e não fez. Dissemos também que a gente já estava esperando por isso e tinha a idéia de fazer um abaixo-assinado.

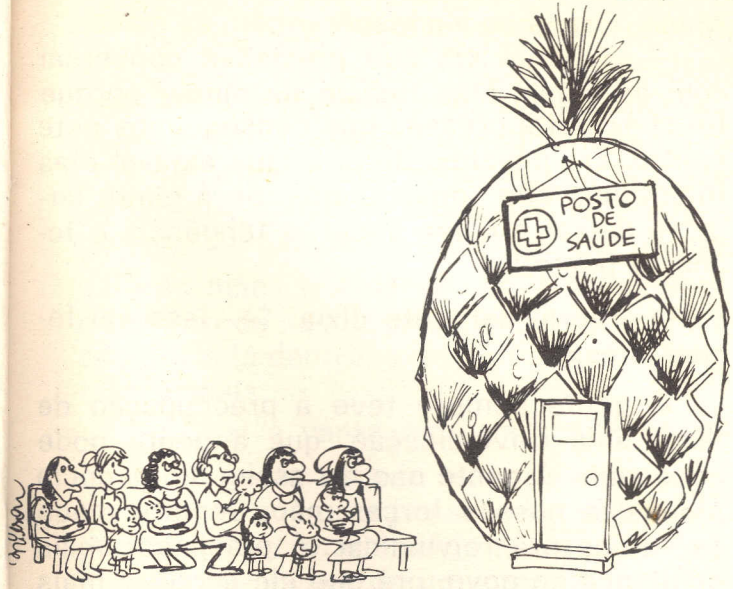
O povo apoiou e pegamos as 150 assinaturas. Todo mundo que estava ali assinou.

— O importante, disse Francisca, é não desanimar!

— Quando conseguimos umas 2.500 assinaturas, continua Rosa, a gente telefonou de novo pro pessoal do distrito inaugurar o centro. Falamos do abaixo-assinado e dissemos que a gente estava disposta até a falar com o secretário da saúde. Depois que a gente pressionou, vieram os móveis e o posto de saúde foi inaugurado. Mas só com um médico, uma atendente e um servente. O médico só podia consultar poucas crianças por dia. Então, só matriculavam 5 crianças de cada vez.

Bem, gente, aí é que começa mesmo a luta.

O centro de saúde era carente e as mães ficaram revoltadas. Elas chegavam lá



e não encontravam o que elas queriam. Como fazer se eram só 5 crianças que podiam ser atendidas por dia? Muito cedo já formava uma fila de mães em frente do posto. E, quando eram atendidas, o pessoal fazia uma série de exigências para a matrícula das crianças: conta de luz, carteira profissional, endereço, armazém próximo da casa e um monte de besteiras. A gente ia vacinar as crianças e não tinha mais vacina... aí as mães começaram a brigar mesmo.

— Fizeram bem de enfezar, disse dona

Maria. Ora já se viu isso?

— A gente via que precisava conversar com as mães. Elas tinham de ajudar porque foi com muita pressão que conseguimos este centro. Era péssimo do jeito que estava, mas fomos nós que conseguimos. Se a gente largar e deixar a coisa andar, a tendência é fechar o posto.

O próprio servente dizia: "— Isso vai fechar mesmo!"

A gente sempre teve a preocupação de fazer uma reivindicação que a gente pode conseguir. A gente não faz assim um negócio além das nossas forças, não. Sempre mede as forças prá reivindicar. É pra pegar mais confiança do povo, prá que ele acredite mais no trabalho. Porque todo mundo aqui sabe como é, né? Se a gente consegue, o povo acredita e aumenta o número de pessoas participando na luta. Mas se não consegue, eles ficam desconfiados e desanimados. Por isso a gente tem o cuidado de não exigir coisas impossíveis, aquilo que está vendo que não vai conseguir, sabe?

Então, resolvemos alugar um ônibus e ir falar com o secretário da saúde sobre a situação do centro. Até aí, o nosso abaixo-assinado já estava com 5.000 assinaturas!

Tivemos que ir duas vezes lá na secretaria e engrossar com a funcionária até conseguir marcar a tal audiência. Na volta, a gente começou a discutir na Comissão de Saúde o que a gente ia reivindicar. E decidimos: queremos mais médicos prá se poder fazer mais matrículas no posto; leite em pó prá distribuir para as mães e a participação da população no centro de saúde. Isso prá poder ver o que acontecia lá dentro, o que faltava e o que precisava mais.

— Qual a vantagem? perguntou alguém.

— A gente estava reivindicando a participação porque uma pessoa que entendia das coisas da secretaria informou que lá existia uma lei que falava de um conselho prá fiscalizar o funcionamento dos centros de saúde de São Paulo. A Comissão de Saúde teve também essa assessoria, como o pessoal da Assembléia do Povo de Campinas. Porque se não fosse assim, a gente não ia saber que tinha essa lei por lá: eles tem tudo numa gavetinha bem escondido.

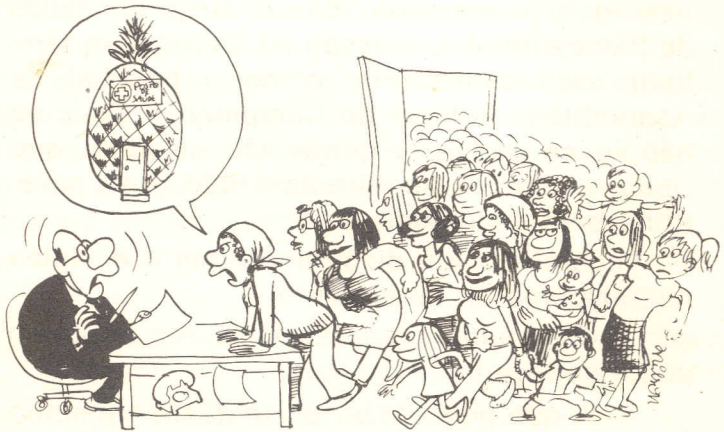
Pegamos a lei, discutimos muito e vimos que era uma lei meio fajuta.

— Pôxa vida, disse Luis, se era lei como podia ser fajuta?

— É que podia fazer parte deste conselho

somente delegado de polícia, diretor de grupo escolar, professor... tudo gente intelectual, que não tem interesse no centro de saúde. Eles não precisam dele, né? Foi aí que a gente viu que somos nós que temos de ser do conselho. Porque nós estamos por dentro do que está acontecendo. É a gente que sente na pele. Eles não vão se interessar nunca! Então, resolvemos: somos nós que vamos fiscalizar o funcionamento do centro de saúde.

Assim, decidimos reivindicar o conselho. Isso foi na primeira vez que a gente marcou audiência com o secretário da saúde. Eu me lembro, que quando ele nos recebeu, ele começou a falar, falar e falar. Esse é um jeito deles enrolarem a gente prá não deixar dizer nada.



E foi no respiro dele que eu entrei e falei: nós queremos formar um conselho prá participar do centro de saúde. O secretário tomou até um susto e disse:

— Está bom, tudo bem, até já existe um conselho em Mauá.

Quando ele concordou com o conselho, a gente falou que já conhecia a lei e o conselho que tinha em Mauá. Mas a gente também sabia que esse conselho não funcionava. Nós não queríamos um igual. Queríamos um conselho que tivesse mesmo o pessoal do bairro, que usa o centro de saúde.

Na volta, nós continuamos a fazer reuniões prá discutir como formar esse conselho. Uma coisa que a gente sempre achou na Comissão de Saúde é que deveria ter eleições no bairro. Os conselheiros não deveriam ser indicados, mas eleitos pela própria população que usa o centro de saúde. A gente sabia que essa eleição para formar o conselho era uma forma também de voltar ao hábito de fazer eleição. E isso todo mundo achava muito bom. Eleição era uma coisa boa que a gente não estava mais acostumada a fazer.

Então, continuamos fazendo reuniões nas casas, nas vilas, porque nós queríamos tirar as conselheiras das vilas e assim atingir mais

a população. Em cada reunião participava às vezes 10, 15 e até 20 mães. Esse é o meio mais fácil de se comunicar com as mães. A gente distribuía os cadernos, mas poucas liam.

Por isso, conversando assim num bate-papo era melhor prá entender o conselho. Nessas reuniões a gente tentava deixar as mães bem esclarecidas de como ia funcionar o conselho. Aquelas que se interessavam, davam o nome e se candidatavam para as eleições. Tiramos fotografias das candidatas fizemos cartazes de propaganda. Colamos esses cartazes nas peruas que saíram pelas ruas, falando do conselho e levando as urnas

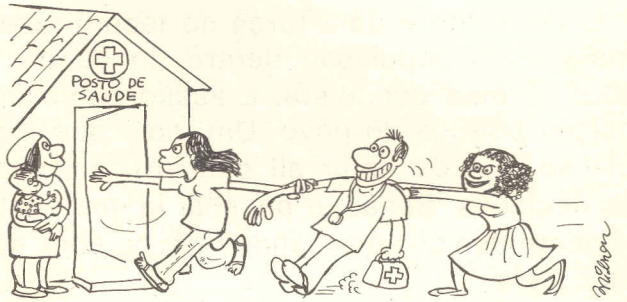
para recolher os votos da população.

Assim foram as eleições, conta Rosa, feliz em lembrar como foi.

Muita gente votou. Votava analfabeto porque eles também precisam de ocupar o posto de saúde. Conseguimos 8.146 votos e olhe que todos os bairros juntos tem 20.000 moradores.

Elegemos o Conselho de Saúde composto de 12 senhoras. Logo depois da eleição, marcamos uma reunião no centro de saúde e já começamos o trabalho. Veio também, convidado por nós, um representante do Distrito Sanitário.

Mas os nomes das conselheiras nunca saiam no Diário Oficial, levou nove meses prá



sair no jornal os nomes publicados. Essa foi outra luta da Comissão de Saúde que levamos junto com as reivindicações de mais médicos e mais atendentes.

Agora o conselho está legalizado, reconhecido pela Secretaria de Saúde. As conselheiras entram no centro de saúde e lá elas sabem o que esta faltando, por exemplo: um banco, remédios, leite. Aí elas trazem prá Comissão de Saúde, porque 12 senhoras é muito pouco prá ir na secretaria e reivindicar as coisas. A Comissão de Saúde atinge muito mais gente. Então, ela dá força para o conselho, entendem? E a Comissão de Saúde, junto com o conselho, resolve como vai fazer prá conseguir as coisas que ainda faltam no centro de saúde.

O conselho é uma força do lado do povo, uma voz da população dentro do centro de saúde. É uma conquista. É assim como uma posição política do povo. Um meio que a população tem de estar ali dentro e participar das decisões. Senão, o pessoal lá que decide e a gente fica aí, só achando ruim ou bom, sem fazer nada.

Bom gente, era isso mais ou menos o que eu tinha prá contar prá vocês.

Ou é do nosso lado ou não é

Odete esperou um tempinho, tomou mais alguns goles de café e comentou:

— Bem, eu não sei se ainda preciso falar o que estou pensando. Mas acho muito importante a gente parar, como fizemos hoje, prá trocar as nossas experiências de luta.

A gente descobre muita coisa e vê que teve muito crescimento nessas lutas. Uma coisa que me chamou muito a atenção foi como o pessoal aprendeu a se organizar, a fazer as coisas. Por meio das associações de moradores, da federação e do conselho nós descobrimos uma forma prá poder representar a nós mesmos. Então, estamos aprendendo agora a fazer as coisas do nosso jeito. Porque toda a vida nós sempre esperamos de políticos prá fazer alguma coisa. É, a gente esperava vir tudo de cima . . .

— Mas agora não! protesta seu José. Foi por isso que eu expliquei antes que os próprios favelados tem de ser os presidentes das associações nas favelas. Eles tem de sair en-

tre nós mesmos, escolhidos por nós. Como o pessoal do movimento de saúde também. O Conselho deles foi formado e eleito pelos moradores do bairro que usam o centro de saúde. E por que isso? Ora, prá corresponder aos direitos do povo.

Josefa sempre ficava muito admirada, quando se falava alguma coisa sobre direitos do povo. Ela não entendia muito bem desse assunto.

Então, resolveu ir logo perguntando:

— Mas, seu José, o que é isso de corresponder aos direitos do povo?

Francisca nem deixa seu José pensar e vai respondendo:

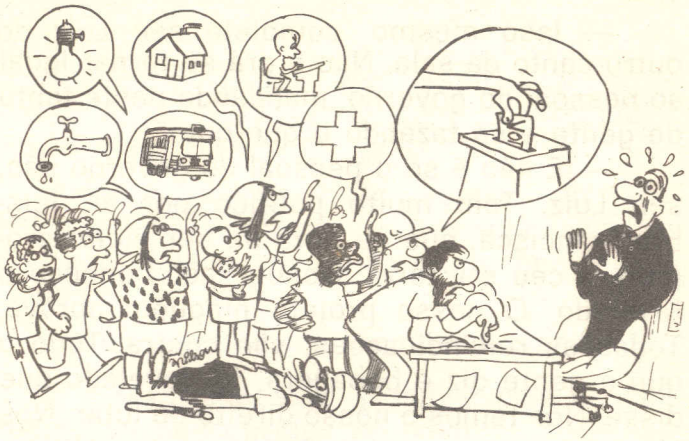
— Olha Josefa, a coisa é assim: se a senhora é presidente de uma associação de moradores, a senhora pode fazer o que quer e não o que interessa ao povo. Então, nós notamos que o povo das favelas deveria escolher e votar nos presidentes de associação e o pessoal das diretorias.

Desse jeito, se os presidentes de associação não fazem o que o povo quer, os outros sócios tem o direito de chegar nele e falar o que está errado. O presidente vai fazer, mas os sócios é que tem que dar a direção e a orientação. Entende como é?

— Isso mesmo, completa seu Luiz do outro canto da sala. Não é prá se tornar igual ao pessoal do governo, mandando neste tanto de gente e só fazendo o que quer.

— E não é só o pessoal do governo não, seu Luiz. Tem muito político por aí, lembra Francisca, que na hora de ser eleito promete o céu e a terra. Depois, não conhece o favelado. O nosso projeto ninguém aprova. Todas as reivindicações, vão contra. Tudo o que a gente diz é bobagera, foi favelado que disse. Nós temos o nosso direito de lutar. Nós já arrumamos uma maneira da gente politicar também. Eu sinto que isso é uma política verdadeira, com todo amor e carinho, com toda a garra e com toda a confiança. Não é essa politicagem que existe por aí, a dos poderosos, que só procuram os pobres na hora da votação.

— As nossas lutas são de uma política muito sadia e muito bem feita, explica de novo seu José. Sabe por quê? Porque é a política que o povo participa. Não de fazer aquilo que só vem de cima, só onde tem o poder. A nossa política devia ter nascido há muito tempo, porque o nosso trabalho é com o povo unido e traz a finalidade de melhorar nossa vida. Então, se eu preciso de água, vamos fazer po-



lítica em cima da água. Se eu vou precisar de escola, vamos fazer política em cima de escola. Se a gente precisa de um centro de saúde no bairro, precisa fazer política também . . .

Ditão ouvia com muita atenção aquilo que seu José explicava. Mas tinha ainda muitas dúvidas. Não sabia se falava ou não para o pessoal. Depois de pensar um pouquinho mais, achou que tinha mesmo de perguntar. Porque se ele estava no encontro, era também prá discutir as dúvidas. Tomou a decisão de falar. Meio tímido, com voz baixa, falou:

— No meu modo de ver as coisas, só faz política hoje quem tem dinheiro. Como nós,

que somos trabalhadores, vamos fazer política? Eu não sei não. Pra mim é assim: a política de lá e nós de cá. Uma coisa não tem nada com a outra.

— Peraí, companheiro. Pensa um pouco junto comigo e depois responde prá mim. Nesse seu modo de ver as coisas, quem é que vai defender os seus direitos e os direitos de todos os trabalhadores? quer saber seu José. A gente tem que pensar nisso. Porque prá mim, a gente precisa entrar na política prá defender os nossos direitos. Como você, companheiro, tem outros por aí que não sabem qual é o direito do trabalhador. Por isso, a nossa política lá em Campinas não vai ficar parada só na terra, nos problemas de urbanização das favelas. O pobre sempre teve esse negócio de não ter proteção. Quando os ricos se candidatam, eles vão nos barracos prá pedir votos. A gente vota e perde o voto, porque eles prejudicam a gente. Todo rico quer fazer a melhoria prá ele e pros amigos . . .

— É, o rico já tem tudo, né? Não precisa de nada, começa a concordar Ditão.

— Eles tem tudo, vai logo falando seu José, mas eles querem estar com o poder prá poder ingrupir o pobre cada vez mais.

Uns tempos atrás, entra Francisca no

meio da conversa, eu também pensava igual ao Ditão. Depois que nós encaminhamos estes movimentos de favela, de bairros carentes em Campinas, eu vi o lado da política.

A discussão ia solta.

Zezé, no seu canto, esperava a hora de dar também a sua opinião. Esperou e, de repente, todo mundo estava calado. Sente que é a sua vez de falar e, com um grande sorriso, começa:

— Acho que com todo mundo aqui aconteceu o mesmo. Eu mudei bastante a mentalidade de ver as coisas na luta pelo centro de saúde. Hoje eu vejo assim, ou a pessoa é do lado da gente, do lado do povo, ou não é, quer dizer, é do lado do governo. Prá mim não tem mais meio termo. Prá mim não existe ninguém sem interesse. Agora, a gente conhece quem trabalha do nosso lado e quem quer usar a gente, sabe?

Mal Zezé terminou de falar, Rosa foi completando:

— Na minha cabeça ficou muito marcado isso. Me lembro muito bem que a primeira vez que a gente foi na Secretaria de Saúde, descobri lá que existia os dois lados. Antes de eu ir lá, pensava que ia ser um negácio fácil. Mas, quando chegamos lá e me

deparei com um homem tão grandão! . . . Nem sei se ele era assim mesmo tão grandão como eu senti, mas acho que era a força do poder dele que deixava ele assim grandão, sabe? E ele ainda tratou a gente com o maior descaso e nem se interessou pelos problemas da gente, que afinal de contas, eram problemas de responsabilidade dele, da Secretaria de Saúde.

Desde esse dia descobri que existem dois lados. Quem está do lado do governo não se interessa pelo povo, mesmo. Ele pode fazer de conta, mas não se interessa.

— Mas por que? isso eu não entendo, fala Ditão. Como você percebeu que eles fazem de conta que se interessam pelos problemas de gente?

— Ora, companheiro, responde Rosa. É só ver a enrolação deles prá cima da gente.

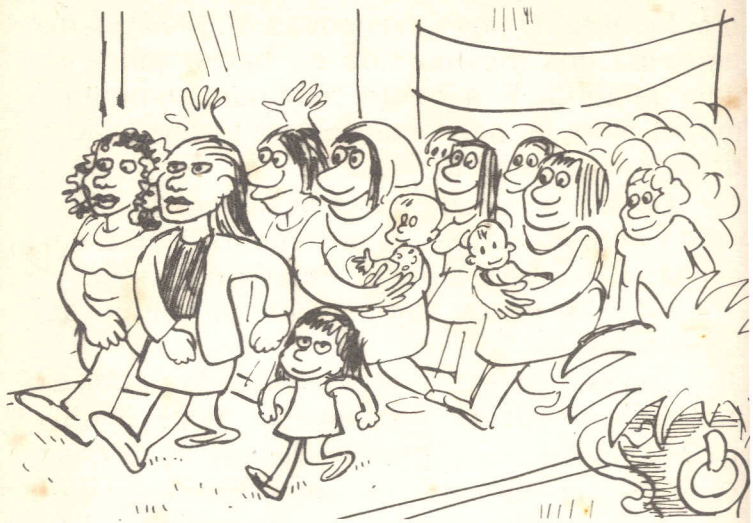
— A enrolação de quem? dos candidatos? quer saber alguém.

— Não! logo fala Rosa meio impaciente. Do governo mesmo. É certo que agora está mais difícil para eles enrolarem a gente. Pode tal, com o secretário tal e tal pra fazer aquela enrolação e dizer que foi o governo que deu. A gente tem agora mais força, está mais unido e está conseguindo agir contra isso

também.

Dona Maria só escutava as opiniões de cada um. Já tinha participado de outros encontros parecidos com este. Eram muitos anos de luta nos bairros. Talvez por isso mesmo ela estava com outras preocupações. Quando Rosa fala com tanta confiança de que o povo não é enrolado mais assim tão fácil pelos candidatos . . . ela concorda. Mas também não é bem assim, não é? Aí ela resolveu colocar pro pessoal as suas preocupações.

— Bem pessoal, em tudo isso que a gente conversou aqui neste encontro, eu vejo uns problemas. Em cada movimento de bairro que



a gente participa, a gente descobre pessoas. Dentro desse descobrimento de pessoas, os movimentos se ampliam. Esses movimentos, os movimentos de greve, os vários movimentos que tem por aí . . . são tudo uma coisa ligada na outra. Aparece uma dificuldade lá, outra aqui, mas os movimentos vão caminhando.

A gente descobre lideranças e aumenta o pessoal. Mas esse aumento, no meu modo de ver, é muito pequeno diante de tantos problemas. A coisa é lenta, é muito lenta, é lenta mesmo. Eu sei que o povo já se organizou bastante, participou bastante, mas não ainda

o suficiente. O povo avançou, sim. Mas quem participa dos movimentos de bairro ainda é uma minoria. E a gente tem que aumentar muito mais a participação do pessoal nos bairros, nas fábricas . . .

Dona Maria dizia todas essas coisas com muito entusiasmo. Mas, de repente, antes de acabar o seu pensamento, Josefa pergunta:

— Mas, dona Maria, como a gente vai fazer tudo isso?

Todos ficaram meios assustados com a pergunta de Josefa. Sabiam que neste ponto estava uma grande dificuldade dos trabalhos. Dona Maria, também surpresa com a interrupção de Josefa, aproveita e diz pro pessoal:

— Aqui, a gente contou a história das coisas que nós fizemos e o que aprendemos com todas essas lutas. Muitas vezes, a gente vai fazendo um trabalho e não vê como o trabalho cresceu. Aí, a gente vai desanimando.

Mas, é que a gente só enxerga o nosso trabalho e não vê que por todo esse Brasil outros trabalhadores estão se organizando e aprendendo a lutar. Está certo que ainda não é todo mundo. Ainda é pouca gente, não é?

Talvez, a gente conversando mais, discutindo, possa descobrir junto os novos caminhos para fazer crescer ainda mais a nossa luta.